



AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

PROCESSO Nº 2025001294
PROCESSO Nº SEI: 01301.0000019/2025-45
EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI

O MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, através do Fundo Municipal de reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, CNPJ nº 14.426.511/0001-84, torna público que fará realizar dispensa de licitação com julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do Art. nº 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos abaixo, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA E HORA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	Início das Propostas: 06/03/2025, 13:00 h Limite p/ Recebimento de Propostas: 11/03/2025, 13:00
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	licitacao20bbm@gmail.com

1. OBJETO

Contratação de profissional/empresa especializada em **Manutenção elétrica predial**. Deverá ser ofertado pelo valor global.

Ordem	Quantidade	Serviço
1	1	Serviço de manutenção corretiva e preventiva na unidade militar com 550 m².

2. JUSTIFICATIVA

4.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a de profissional/empresa especializada em **Manutenção elétrica predial**.

4.2 - Para a execução da manutenção elétrica, foi realizado um levantamento preliminar das condições da instalação elétrica existente. A seguir, são destacadas as principais necessidades observadas:

Distribuição de Energia Elétrica: A unidade possui dois quadros de distribuição central, que alimenta os circuitos de iluminação, tomadas e sistemas especiais. Será necessário realizar a ampliação da capacidade do quadro, substituir disjuntores defeituosos, verificar as conexões e garantir que a distribuição da energia seja eficiente para as demandas atuais.

Lava-jato/Almoxarifado: Ampliação do quadro de distribuição, com proteções adequadas e instalação de pontos elétricos para dois compressores de alto custo.



Iluminação: A instalação de iluminação, composta por lâmpadas fluorescentes e LED, precisa ser inspecionada quanto ao funcionamento das lâmpadas, interruptores e fiação. A revisão também buscará garantir a conformidade com as exigências de iluminação adequada para ambientes de trabalho, segurança e visibilidade.

Sistemas de Emergência: Devido à natureza da unidade, os sistemas de emergência, como iluminação de emergência e sinalização, devem ser verificados quanto à funcionalidade. A manutenção periódica é crucial para garantir que esses sistemas operem adequadamente em situações de falta de energia ou emergências.

Equipamentos e Instalações Especiais: A unidade também conta com equipamentos especializados, como sistemas de comunicação, alarmes de incêndio, câmeras de segurança e outros dispositivos que demandam um fornecimento elétrico seguro e ininterrupto. A manutenção deve incluir a verificação do estado de conservação de cabos, conectores e dispositivos de controle.

4. Norma e Regulamentação: A manutenção elétrica será realizada conforme as normas e regulamentações vigentes, incluindo, mas não se limitando a:

NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) – Estabelece as condições mínimas para a execução de instalações elétricas, com foco na segurança e eficiência.

NBR 13570 (Instalação elétrica de baixa tensão – Requisitos para segurança) – Regula os requisitos de segurança na execução de instalações elétricas.

Normas do Corpo de Bombeiros e ANVISA – Assegura que a instalação elétrica esteja em conformidade com as exigências específicas de segurança para unidades de emergência.

Material: Fios, cabos, disjuntores, interruptores, lâmpadas, dispositivos de emergência, entre outros.

Mão de obra: Profissionais qualificados, como eletricitas e engenheiros responsáveis pela execução e fiscalização.

Deslocamento e Logística: Custos relacionados ao transporte de materiais e deslocamento de equipes.

A estimativa de custo será detalhada com base no levantamento de preços no mercado local, sendo ajustada conforme as especificidades de cada item e a necessidade de substituição ou reparo.

3. RESULTADOS ESPERADOS

3.1 Segurança: Garantia de que as instalações elétricas estejam seguras e conforme as normas técnicas, minimizando riscos de incêndios e acidentes.

Eficiência Operacional: A unidade funcionará de maneira mais eficiente, com fornecimento de energia estável e contínuo para todos os sistemas críticos.

Conformidade Legal: Atender às exigências da regulamentação vigente, incluindo as normas de segurança elétrica e os requisitos específicos para unidades militares e de emergência.

Economia de Energia: A manutenção e a substituição de componentes obsoletos ou danificados podem resultar em uma operação mais econômica, com menor consumo de energia.

4 - DO OBJETO:

4.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a de profissional/empresa especializada em **Manutenção elétrica predial**.

4.2 - Para a execução da manutenção elétrica, foi realizado um levantamento preliminar das condições da instalação elétrica existente. A seguir, são destacadas as principais necessidades observadas:

Distribuição de Energia Elétrica: A unidade possui um quadro de distribuição central, que alimenta os circuitos de iluminação, tomadas e sistemas especiais. Será necessário realizar a verificação da capacidade do quadro,



substituir disjuntores defeituosos, verificar as conexões e garantir que a distribuição da energia seja eficiente para as demandas atuais.

Iluminação: A instalação de iluminação, composta por lâmpadas fluorescentes e LED, precisa ser inspecionada quanto ao funcionamento das lâmpadas, interruptores e fiação. A revisão também buscará garantir a conformidade com as exigências de iluminação adequada para ambientes de trabalho, segurança e visibilidade.

Sistemas de Emergência: Devido à natureza da unidade, os sistemas de emergência, como iluminação de emergência e sinalização, devem ser verificados quanto à funcionalidade. A manutenção periódica é crucial para garantir que esses sistemas operem adequadamente em situações de falta de energia ou emergências.

Equipamentos e Instalações Especiais: A unidade também conta com equipamentos especializados, como sistemas de comunicação, alarmes de incêndio, câmeras de segurança e outros dispositivos que demandam um fornecimento elétrico seguro e ininterrupto. A manutenção deve incluir a verificação do estado de conservação de cabos, conectores e dispositivos de controle.

4. Norma e Regulamentação: A manutenção elétrica será realizada conforme as normas e regulamentações vigentes, incluindo, mas não se limitando a:

NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) – Estabelece as condições mínimas para a execução de instalações elétricas, com foco na segurança e eficiência.

NBR 13570 (Instalação elétrica de baixa tensão – Requisitos para segurança) – Regula os requisitos de segurança na execução de instalações elétricas.

Normas do Corpo de Bombeiros e ANVISA – Assegura que a instalação elétrica esteja em conformidade com as exigências específicas de segurança para unidades de emergência.

Material: Fios, cabos, disjuntores, interruptores, lâmpadas, dispositivos de emergência, entre outros.

Mão de obra: Profissionais qualificados, como eletricitas e engenheiros responsáveis pela execução e fiscalização.

Deslocamento e Logística: Custos relacionados ao transporte de materiais e deslocamento de equipes.

A estimativa de custo será detalhada com base no levantamento de preços no mercado local, sendo ajustada conforme as especificidades de cada item e a necessidade de substituição ou reparo.

6. DAS DIRETRIZES:

.1 - Da empresa a ser contratada será exigido:

a) Seguir as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Licitação, Contratos, Convênios e Suprimentos de Águas Lindas de Goiás, emanadas das leis, das normativas dos órgãos de controle, aos quais a Contratada se reportará nas questões controvertidas e complexas,

b) Manter o Comando do Corpo de Bombeiros Militar situado em Águas Lindas de Goiás, informada a respeito do trâmite procedimental dos autos colocados para sua manifestação, com informações atualizadas ao administrador/gestor do contrato;

c) Não se pronunciar à imprensa em geral, acerca de quaisquer assuntos relativos às atividades da Secretaria Municipal de Licitação, Contratos, Convênios e Suprimentos de Águas Lindas de Goiás, bem como quanto aos processos em que for o contratante interessado, exceto quando formalmente autorizado;

d) Ser o fiel depositário de toda a documentação que lhe for entregue, mediante recibo, até a sua total devolução, que também deverá ser feita mediante recibo;

6. VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser substituído por nota de empenho ou outro documento equivalente, em caso de pronto atendimento, nos termos da legislação;



6.2. O prazo de vigência do contrato será de até 90 (noventa) dias, com início na data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado conforme a necessidade da administração;

6.3. No caso de Ata de Registro de Preços o prazo de vigência da será de 90 (noventa) dias e poderá ser prorrogado;

6.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

6.5. Caso haja prorrogação do contrato, esta deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

7.2. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre quaisquer irregularidades na execução do objeto contratado;

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

7.4. Efetuar o pagamento referente ao objeto do contrato, condicionando-se o pagamento ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais ora ajustadas;

7.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

7.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA de acordo com os termos do Edital e seus anexos;

8. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA CONTRATAÇÃO:

8.1 - Os serviços serão prestados mediante disponibilidade imediata para execução dos serviços contratados;

8.2 - Os serviços deverão ser prestados necessariamente por profissional/profissionais da empresa, composta por profissionais aptos para exercer tais atribuições em detrimento de leis específicas relacionadas ao objeto pactuado

9. REQUISITOS:

9.1 A pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia do contrato social da empresa;

b) Apresentação de currículo documento comprovando a formação superior e especialização em engenharia de segurança do trabalho.

c) Prova de inscrição no CNPJ;

d) Certidão de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais;

e) Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria de Estado da sede da licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, relativos ao domicílio ou sede da licitante;



g) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) para com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei n. 12.440, de 07 de julho de 2011;

10. EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO:

10.1 - A equipe técnica da contratada deverá ser habilitada para executar tal tarefa que está explícita na Constituição Federal, no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais, Artigo 5º item XIII; no Artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; na Lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977; na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985; na Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 em sua Norma Regulamentadora NR - 15 item, 15.4.1.

10.2 - Todo(s) e qualquer (quaisquer) outro(s) profissional(ais) necessário(s) para inspeção e avaliação

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 - Cabe a CONTRATADA, além do previsto e exigido pelas Leis e normas regulamentares pertinentes:

11.2 - Apresentar atestado de capacidade Técnica dos profissionais e, comprovar experiência em elaboração de laudos técnicos com referência ao serviço Público;

11.3 - Obedecer às normas e especificações na forma da Lei;

11.4- Dispor dos profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;

11.5 - Assumir a responsabilidade por todas e quaisquer informações necessárias ou solicitadas por autoridades constituídas referentes aos serviços e atendimentos prestados à Contratante pela Contratada, no período de vigência do contrato;

11.6 - O objeto desta licitação deverá iniciar após a assinatura do contrato, durante o prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado se houver interesse da administração.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1 - São obrigações da contratante, além de outras decorrentes do Contrato:

a)

Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência;



b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

d) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

e) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

f) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos.

g) Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato.

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO	DOTAÇÃO	FONTE	FICHA
FUMREBOM	13.1301.06.182.1019.1170.339036.22	110	20253871

14 - VIGÊNCIA CONTRATUAL:

14.1 - O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa dias) dias, iniciando após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração e com a anuência da contratada

15. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

15.1 - O valor máximo admitido para a contratação é de **R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)**, pagamento conforme a proposta apresentada pela pretensa contratada.

15.2 - Os valores dos serviços deverão ser em moeda nacional, observado o valor máximo admitido neste termo de referência.

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

16.1 - A fiscalização do Contrato será exercida pelo Gestor do **FUMREBOM** o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.



16.2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

16.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

16.4 - O fiscal do Contrato monitorará constantemente o grau de execução e nível de qualidade dos serviços, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

16.5 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

16.6 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas e tomadas por seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

16.7 - A CONTRATADA obrigada a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo fiscal da CONTRATANTE

17. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1 - Comete infração administrativa, ainda, nos termos da artigo 24, II, da Lei Federal nº 14.133/21., a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa de:

b.1) Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;

b.2) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

c) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás pelo prazo de até 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

b.3) reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

17.3 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

17.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

17.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

18. DO REEQUILÍBIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:



18.1 - O Contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, ou para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1 - Os instrumentos convocatórios e os Contratos deverão fazer menção a este, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.

19.2 - Os prazos referidos neste termo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão.

19.3 - As normas disciplinadoras da dispensa serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (Parágrafo único do art. 5º do Dec. nº 5.450/2005).

Rafael Alessandro Gonçalves Gomes - MAJ BM

Comandante e Gestor do 20º Batalhão Bombeiro Militar